



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

19/01/2013

INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. EVENTOS.....	1
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. COMARCAS.....	2
2.2. DECISÕES.....	3
2.3. DESEMBARGADORES.....	4
2.4. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS.....	5
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. DECISÕES.....	6 - 9
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. COMARCAS.....	10 - 11
4.2. PONTO FACULTATIVO / FERIADO.....	12 - 14
4.3. PRESIDÊNCIA.....	15
4.4. UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	16

Novo presidente da AMMA visita o Fórum do Calhau... O novo presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, AMMA, juiz Gervásio Protásio dos Santos Júnior (FOTO), titular da 6ª Vara Cível da capital, visitou na última terça-feira, 15, a Diretoria do Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau. Ele foi recebido pelo juiz diretor do Fórum, Sebastião Joaquim Lima Bonfim, e pelo administrador forense, Aristeu Rodrigues dos Santos Júnior. Durante a visita, o presidente da AMMA agradeceu o apoio do diretor na cessão do espaço para a solenidade de posse da nova diretoria da associação, ocorrida no dia 11 de janeiro, nas dependências do Fórum Des. Sarney Costa. Na oportunidade, Gervásio Santos, destacou a importância durante a nova gestão da AMMA de uma parceria contínua com o Fórum. A nova diretoria executiva da AMMA é composta pelos magistrados: Gervásio Santos (Presidente), Marcelo Moreira (1º vice-presidente); Ângelo Alencar (2º vice-presidente), Adelvam Nascimento (3º vice-presidente); Marilse Medeiros (Secretária-Geral), Clênio Lima Corrêa (Secretário-Adjunto); Carlos Veloso (Tesoureiro-Geral) e Lavinia Macedo Coelho (tesoureira-adjunta). E por um conselho fiscal composto pelos magistrados: Andréa Perlmutter, Luis Carlos Dutra dos Santos, Celso Orlando Pinheiro Júnior, Jorge Antônio Sales Leite, Holidice Cantanhede Barros, Artur Azevedo do Nascimento, Ana Beatriz de Carvalho Maia e Cyrilo Anselmo de Freitas.



Este colunista com Gabriele Gaspar e Juiz Fed. Ney Belo Filho



Thatiana e César Bandeira nos salões da cidade



Erika Guilhou, Ilze Rangel (Fofa) e Elisângela Mesquita



Marcelo Matarezo com o casal Ligia e Waldemar Kogos



Priscila e Daniel Blume, Procurador do Estado



Coronel Jeferson Teles com Janaina Ricoly

Comarca de Passagem Franca realizará seleção de projetos

Ações selecionadas serão custeadas com recursos de prestações pecuniárias, sursis, suspensão condicional do processo ou transação penal; projetos devem ter caráter educativo para crianças e adolescentes

PASSAGEM FRANCA - A Comarca de Passagem Franca iniciou esta semana o processo de seleção de projetos a serem custeados com recursos financeiros arrecadados com as prestações pecuniárias, sursis, suspensão condicional do processo ou transação penal. A medida consta de edital assinado pelo titular da comarca, juiz David Mourão Meneses.

O prazo para a inscrição dos projetos se encerrará dia 31 deste mês. Os projetos devem ser entregues na sede do Fórum de Passagem Franca (Rua Joaquim Távora, s/n, Centro), de segunda a sexta-feira, das 8 às 18h, ou enviados pelos Correios, desde que chegue ao seu destino dentro do prazo mencionado.

Segundo o documento (Edital 01/2013), podem se inscrever entidades públicas ou privadas com comprovada finalidade social e sem fins lucrativos, constituídas há pelo menos um ano e dirigidas por pessoas com reputação ilibada.

Entre os documentos exigidos para a inscrição, o projeto a ser desenvolvido no âmbito da comarca; certidões de ante-

cedentes cíveis e criminais dos dirigentes, certidões de quitação de tributos federais, estaduais e municipais; certidão de quitação eleitoral, certidão de quitação militar (para dirigentes do sexo masculino).

Educação - Os projetos devem ter caráter educativo (escolar ou esportivo) para crianças e adolescentes. "Há várias linhas de atuação. Eu priorizei a educação", explica o magistrado referindo-se à Resolução 154, do Conselho Nacional de Justiça, que "define a política institucional do Poder Judiciário na utilização dos recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária".

Segundo a resolução, os recursos oriundos dessa prestação, "quando não destinados à vítima ou aos seus dependentes, serão,

preferencialmente, destinados a entidade pública ou privada, com finalidade social, previamente conveniada, ou para atividades de caráter essencial à segurança pública, educação e saúde".

Projeto - O tema também é objeto do Provimento nº 10/2012, da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão. Antes da legislação a própria comarca encabeçava o projeto.

"Desde que cheguei aqui (Passagem Franca) assumi projetos sociais com valores oriundos de prestações pecuniárias. Agora, é necessário o edital convocando as entidades", explica David Meneses, ressaltando a aquisição de computadores e concursos de redação cujos prêmios eram custeados com as verbas referidas.

Mais

Dinheiro

São mais de R\$ 10 mil em caixa para serem revertidos para as fundações cujos projetos forem aprovados. O dinheiro está depositado em conta judicial aberta desde outubro e que atende ao determinado na resolução do CNJ.

Aprovação

A análise dos projetos inscritos verificará, entre outros itens, documentação e linha de execução. A partir da aprovação, a entidade terá o prazo de 60 dias para executar o projeto, afirma o magistrado.



Crianças e adolescentes em atividade esportiva é o foco dos projetos a serem selecionados pela comarca

Justiça determina que semáforos funcionem na Av. Carlos Cunha

Conjunto semafórico havia sido desligado pela SMTT desde outubro do ano passado

Em cumprimento a uma determinação judicial, o conjunto semafórico localizado na Avenida Carlos Cunha, no Jaracati, em frente ao Shopping São Luís, será reativado a partir de hoje pela Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT). O sinal de trânsito foi desligado em outubro do ano passado. Por causa do serviço de religamento, a SMTT alerta para uma possível, mas temporariamente, lentidão no tráfego.

Os semáforos foram desligados para dar maior fluidez ao trânsito, como informou a SMTT. O retorno que havia no local

também foi fechado. Para os clientes do shopping, a retirada do cruzamento resultou em maior dificuldade ao sair do estabelecimento. Para os pedestres, o desligamento da sinalização significou mais risco e demora ao atravessar a avenida.

Nas proximidades do conjunto semafórico há dois shoppings, um posto de gasolina e duas paradas de ônibus. Poucos metros mais longe, há um hospital e um prédio com clínicas e consultórios médicos. "Fui retirar documentos no Viva Cidadão do shopping. Demorei 15 minutos para conseguir atravessar até chegar ao ponto de ônibus, do outro lado. A via é de alta velocidade. Sem semáforo, o risco de ser atropelado é grande",

disse o atendente Maurício Marques, de 22 anos.

Para a professora Flávia Silva, de 35 anos, o conjunto de semáforos auxilia os consumidores que querem transitar pelos dois shoppings existentes na área. "Do lado da pista do Shopping Jaracati há terrenos desocupados e muitos assaltantes. Por isso, é muito melhor caminhar pela margem da avenida ao lado do São Luís Shopping e só mais na frente fazer a travessia, onde o semáforo foi desligado", disse.

Por meio de nota enviada pela assessoria de comunicação, a SMTT informou que está desenvolvendo a implantação de uma solução definitiva para a circulação de veículos na área.

Biné Moraes



Semáforos estão sem funcionar na Av. Carlos Cunha desde outubro

“

Sem o semáforo, gastei 15 minutos para conseguir atravessar a avenida, uma tarefa bem arriscada”

Maurício Marques, atendente

Aluísio Azevedo, cem anos depois

LOURIVAL SEREJO

Nas prateleiras da Livraria Cultura, uma edição juvenil de *O cortiço* chamou-me a atenção: era um exemplar luxuoso, com capa estofada e impresso em papel acetinado, com várias fotos coloridas, tudo para atrair o interesse dos leitores jovens. Mais admirado fiquei ao constatar que o livro, embora trouxesse o selo de uma editora de Blumenau, havia sido impresso na China. Talvez, por isso, estava sendo vendido por apenas dez reais.

Esse fato vem confirmar o que, há muito, venho reiteradamente falando de Aluísio Azevedo ao apontar o fenômeno das sucessivas edições de suas obras, mesmo depois de cem anos do seu falecimento. É para lembrar essa data que me valho desta crônica.

Neste 21 de janeiro de 2013, comemora-se o centenário da morte de Aluísio Azevedo, que faleceu, com apenas 56 anos de idade, em Buenos Aires, assistido por sua companheira, Pastora Loquez, e seus dois filhos adotivos. A causa da morte foi atestada como miocardite. Posteriormente, em 1919, seu corpo foi trasladado para o Rio de Janeiro, vindo, em seguida, para São Luís, onde chegou em 25 de outubro daquele ano, sendo sepultado no Cemitério do Gavião.

O surpreendente, na vida de Aluísio Azevedo, é que ele deixou de escrever aos 38 anos de idade, depois de dedicar-se dezesseis anos à intensa atividade literária. Para efeito de comparação, José Saramago só se notabilizou como escritor aos sessenta anos de idade, ao publicar *Memorial do convento*, em 1982.

Em São Luís, Aluísio lançou, em 1879, seu primeiro romance, *Uma lágrima de mulher*, com marcas claras do Romantismo, que iria abandonar em 1881, com o romance *O mulato*, também lançado em São Luís, cuja obra inaugurou o Naturalismo no Brasil.

Concomitante a essa atividade de escritor, Aluísio Azevedo dedicava-se ao jornalismo, publicando artigos e crônicas pelos jornais *O Pensador* e *Pacotilha*. No primeiro, seus artigos eram de teor fortemente anticlerical, com veementes denúncias sobre a atuação da Igreja maranhense. Essa postura anticlerical ele levou para as páginas de *O mulato*, onde o cônego Diogo personificava o tipo deplorável do sacerdote.

No Rio de Janeiro, Aluísio junta-se ao seu irmão Arthur e começa a desempenhar várias atividades, publicando seus

romances-folhetins, escrevendo nos jornais e compondo peças de teatro. A princípio, trabalhou como chargista em vários jornais (*O Figaro*, *O Mequetrefe*, *Zig-Zag* e *A Semana Ilustrada*). Como sabemos, ele era um exímio desenhista e tinha inclinação à pintura, sua primeira vocação assumida. Em sua temporada na Corte, aliou-se a um grupo de escritores que representavam a nata da literatura. Na obra *A conquista*, Coelho Neto retrata muito bem as atividades daqueles escritores pelos jornais e bares do Rio de Janeiro antigo.

Em 1890, lançou *O cortiço*, obra que continua até hoje como verdadeiro best-seller da literatura brasileira. Nos últimos anos, têm sido publicadas de cinco a oito edições anuais desse romance, por editoras diferentes, em todo o Brasil. A unanimidade dos críticos aponta *O cortiço*, ao lado de *O mulato* e *Casa de Pensão* como a trilogia que consagrou Aluísio Azevedo no cenário da literatura nacional.

Para consternação dos amigos e admiradores, Aluísio Azevedo deixou de escrever em 1895. Depois de publicar seu último romance, *Livro de uma sogra*, ingressou na carreira de diplomata, conquistada por concurso, passando a dedicar-se somente ao trabalho. Nesse período, escreveu apenas a obra *O Japão*, que só foi publicada postumamente.

Na Academia Brasileira de Letras, onde ingressou em 1897, Aluísio Azevedo ocupou a Cadeira nº 4, e é o patrono da Cadeira nº 2 da Academia Maranhense de Letras, hoje ocupada pelo confrade Waldemiro Viana.

Aluísio Azevedo não se notabilizou apenas no romance. Escreveu também peças de teatro, crônicas e contos, dentre os quais uma produção gótica considerável, destacando-se o conto *Os demônios*, considerado um dos precursores do fantástico na literatura brasileira.

Há muitos motivos para comemorar os 100 anos de morte de Aluísio Azevedo, um escritor que nunca foi esquecido, que continua sendo editado, que continua sendo lido e estudado e que, ao lado de Arthur, representou, com louvores, a inteligência maranhense do final do século XIX.

Não há dúvida de que o êxito da produção literária de Aluísio Azevedo deveu-se à concentração que ele dispensava a cada obra. Sua metodologia de trabalho era disciplinada e sua produção literária era antecedida de profunda pesquisa quanto aos assuntos que elegia como tema dos seus livros. Daí a aceitação que os leitores sempre demonstraram pelos romances de Aluísio Azevedo: refletem a alma, as angústias e os problemas reais do povo, sem a superficialidade que marca muitas obras ficcionais.

Em reconhecimento ao grande evento deste ano, a Academia Maranhense de Letras consagrou o ano de 2013 como o Ano Literário Aluísio Azevedo.

.....
Desembargador e membro da Academia Maranhense de Letras

Registro

A Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania (Sedihc), a Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão e equipe de técnicos do Viva Cidadão se reuniram no dia 17 para discutir o procedimento de emissão de certidão de nascimento em 50 novos municípios, por meio do projeto Registro Civil de Nascimento (RCN), convênio firmado entre os governos Federal e do Estado.

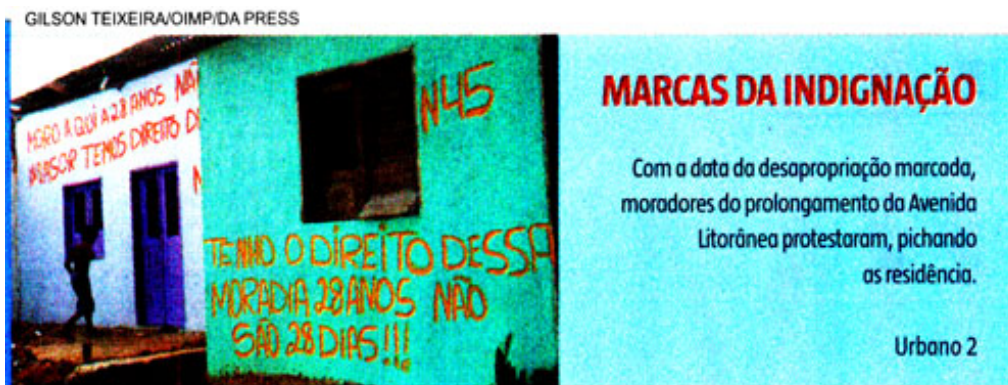
1.800

certidões de nascimento foram emitidas em 2012. Foram feitos 39 mutirões e serviços itinerantes, além de seis oficinas, com 230 agentes mobilizadores.

LUTA POR MORADIA | MORADORES PINTAM CASA COM APELO PARA FICAR NA LITORÂNEA



"Não somos invasores". "Minha vida está aqui. Temos direito nesta moradia e 30 anos não são 30 dias". Frases como estas foram pintadas nos muros das casas que estão com data marcada para serem desapropriadas (fotos) na área da Avenida Litorânea, alvos da ação do Ministério Público Federal (MPF), baseada na análise da Superintendência de Patrimônio da União (SPU-MA). URBANO 2



TENSÃO

“Minha vida está aqui”

Moradores pintam as casas com frases que remetem ao direito à moradia e contestam a condição de invasores da área do prolongamento da Avenida Litorânea. Eles aguardam parecer favorável ao caso

ANNYERE PEREIRA

A desapropriação está marcada para o próximo dia 26. Entretanto, os moradores que residem em uma área próxima do prolongamento da Avenida Litorânea, alvos da ação do Ministério Público Federal (MPF), baseada na análise da Superintendência de Patrimônio da União (SPU-MA), pintaram a fachada das casas com frases que, segundo eles, refletem a angústia e insatisfação com o risco da desapropriação: “Minha vida está aqui. Temos direito nesta moradia e 30 anos não são 30 dias”, “Moro aqui há 28 anos. Não somos invasores e temos direito à moradia”, “Não somos invasores, somos trabalhadores e temos 30 anos de praia”. O intuito é sensibilizar as autoridades competentes, pois eles alegam que não possuem outro lugar para morarem caso saiam de onde construíram uma vida há mais de 30 anos.

Roque Pereira Marques, de 48 anos, mora com a família, com oito pessoas, há 30 anos, no local sob risco de desapropriação. Ele contou que todos estão preocupados e, também, ansiosos, pois tentam reverter o resultado da ação. A mãe de Roque, Dona Alexandrina Pereira, de 77 anos, é uma das mais antigas moradoras da área. São 30 anos onde ela viveu, construiu casa e família, criou os filhos e está criando netos e bisnetos. Dona Alexandrina diz não entender como a justiça determinou seu despejo. Do alto de suas rugas, como ela mesma diz, não dá para acreditar que pas-

sará por essa vergonha. “Como eu vou expulsar da minha casa? Eles vão me arrancar da minha casa e vão jogar minhas coisas fora? Daqui só saio debaixo dos tijolos!”, diz ela, enfática e demonstrando indignação com o caso. Na pequena casa moram ela mais sete pessoas. “Eu não tenho para onde ir. Eu gosto da minha casa, aqui eu construí minha vida. Daqui não saio”. Afirmou.

De acordo com a advogada do caso, Flávia de Miranda Carvalho, os moradores estão aguardando o parecer favorável da liminar. “Isso porque há mais de 20 anos ela moram no local”, avaliou a advogada. Compete à Secretaria Municipal de Urbanismo (Semuhr) a remoção dos moradores com o apoio da Superintendência de Patrimônio da União (SPU).

Desapropriações previstas

Para a construção do prolongamento da Avenida Litorânea estavam previstas a desapropriação de 16.791,5m² de áreas de terras. No trecho da Rua das Cegonhas, de parte dos terrenos, além de demolições numa área de aproximadamente 2.380 metros quadrados. O projeto original passou por inúmeras adequações, em decorrência, principalmente, dos impactos ambientais e de negociações com moradores para desapropriações. O primeiro trecho da obra foi entregue em 21 de dezembro passado.

PERSONAGEM DA NOTÍCIA



Medo do despejo

O seu Claudionor dos Santos Correia, de 52 anos, possui oito filhos, 30 netos, dois bisnetos, a esposa e todos moram com ele também nas proximidades do prolongamento da Avenida Litorânea há 38 anos. Ele é natural do município de Icatu e veio para São Luís em busca de uma vida melhor, assim como diversos brasileiros. Depois de ter conseguido fazer a sua casa e formar a sua família, Claudionor não esconde a decepção. "Quando cheguei aqui era tudo só mato e praticamente fiz avenida sozinho, investimos tudo aqui e agora estamos no desespero", contou o morador Claudionor dos Santos Correia afirma que não tem outro lugar para morar. Além disso, enfrenta a falta de sinalização de trânsito no local, agravando ainda mais os riscos de acidentes, sobretudo com crianças e idosos. "Estamos tirando do próprio bolso para fazer alguns serviços que deixaram incompletos", desabafa.



A moradora Lurdes Maria aderiu ao protesto: "30 anos não são 30 dias pra sair da minha morada. Não sou invasora"

FOTOS: GILSON TEIXEIRA/COMPICIA PRESS

Definidos os diretores de fóruns de comarcas do interior do Maranhão

O corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Carvalho Cunha, assinou e publicou Portarias nas quais designa os juízes que irão dirigir os fóruns de diversas comarcas do interior do estado até janeiro de 2014. Foram divulgadas, ao todo, 29 Portarias, já publicadas no Diário de Justiça.

Entre os fóruns, destaque para o de Imperatriz, que continua tendo o juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto, titular da 2ª Vara de Família, como diretor.

Sobre a diretoria – De acordo com o Regimento Interno da Corregedoria Geral da Justiça, são algumas atribuições do juiz que dirige o fórum: gerir as verbas que forem autorizadas à comarca, destinadas a despesas pequenas de pronto pagamento e gastos com material

de consumo, serviços, e outros encargos, sempre prestando contas com a autoridade competente.

Outra competência do juiz diretor de fórum é tomar quaisquer providências de ordem administrativa, relacionadas com a fiscalização, disciplina e regularidade dos serviços forenses, procedendo, pelo menos anualmente, às inspeções nas secretarias judiciais.

“O papel do juiz no judiciário atual vai além dos despachos, da prolação de sentenças, do julgamento, da análise dos processos. Ele precisa ter a noção de administrar recursos, gerenciar pessoas. Ele é o representante da Justiça mais próximo da comarca, é a pessoa que vive o dia a dia do fórum. Esse é o juiz que a Justiça de hoje necessita”, destacou o corregedor-geral Cleones Cunha.

JUÍZES DIRETORES DE FÓRUM ATÉ JANEIRO DE 2014 E SUAS COMARCAS

Imperatriz: juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto, titular da 2ª Vara de Família
Zé Doca: juíza Denise Pedrosa Torres, titular da 1ª Vara;
Araioses: juíza Jerusa de Castro Duarte Mendes Fontenele, titular da 2ª Vara;
Açailândia: juiz Ângelo Antônio, titular da 1ª Vara;
Pinheiro: juiz Júlio César Praseres, titular da 2ª Vara;
Viana: juiz Mário Márcio de Almeida Sousa, titular da 1ª Vara;
Balsas: juíza Luciany Cristina de Sousa Ferreira, titular da 1ª Vara;
Bacabal: juiz Joscelmo Sousa Gomes, titular da 3ª Vara;
Coelho Neto: juíza Karla Jeane Matos de Carvalho, titular da 2ª Vara;
São José de Ribamar: juiz Márcio José do Carmo Matos Costa, titular da 3ª Vara;
Timon: juiz Rogério Monteles da Costa, titular do Juizado Especial Cível e Criminal;
Codó: juiz Pedro Guimarães Júnior, titular da 1ª Vara;
Coroatá: juiz Francisco Ferreira de Lima, titular da 2ª Vara;
Estreito: juíza Dayna Leão Tajra Reis, titular da 2ª Vara;
Grajaú: juiz Fernando Jorge Pereira, titular da 2ª Vara;
Lago da Pedra: juiz Alessandro Bandeira Figueiredo, titular da 1ª Vara;
Itapecuru Mirim: juiz Gustavo Henrique Silva Medeiros, titular da 3ª Vara;
Pedreiras: juíza Ana Gabriela Costa Everton, titular da 2ª Vara;
Presidente Dutra: juiz Ferdinando Marco Gomes Serejo Sousa, titular da 2ª Vara;
Santa Luzia: juíza Marcelle Adriane Farias Silva, titular da 1ª Vara;
Porto Franco: juiz Armindo Nascimento Reis Neto, titular da 2ª Vara;
Caxias: juiz Silvío Suzart dos Santos, titular do Juizado Especial Cível e Criminal;
Barra do Corda: juiz Antonio Elias Queiroga Filho, titular da 1ª Vara;
João Lisboa: juiz Marlon Jacinto Reis, titular da 2ª Vara;
Rosário: juíza Andréa Cysne Frota Maia, titular da 2ª Vara;
Chapadinha: juiz Cristiano Simas, titular da 1ª Vara;
Vitorino Freire: juiz Jairon Ferreira de Moraes, titular da 1ª Vara;
Paço do Lumiar: juíza Vanessa Clementino Souza, titular da 2ª Vara;
Santa Inês: juíza Maricélia Costa Gonçalves, titular do Juizado Especial Cível e Criminal.

Mutirão de São José de Ribamar encerra com mais de 600 despachos

Um total de 608 despachos, 77 decisões e 139 sentenças. Os números retratam o resultado do mutirão realizado pela 2ª Vara da Comarca de São José de Ribamar. A ação, que teve início na segunda-feira (14) e foi comandada pela titular da unidade, juíza Ticiane Gedeon Maciel e contemplou processos de competência cível e criminal.

Além de Ticiane, o mutirão contou com a participação dos juízes Marcelo Moraes Rêgo de Souza (Igarapé Grande), Marcela Santana Lobo (Cedral), Artur Gustavo Azevedo do Nascimento (Barreirinhas), Elaile Silva Carvalho (Penalva), Marcelle Adriane Farias Silva (Santa Luzia), Pedro Guimarães Júnior (Codó), Rodrigo Costa Nina (Santa Luzia do

Paruá) e Frederico Feitosa de Oliveira (Cantanhede).

Pauta Zero - Desde a chegada de Ticiane Gedeon à comarca, em outubro de 2012, esse é o segundo mutirão realizado pela magistrada. O primeiro, o Mutirão "Pauta Zero", aconteceu no período de 26 a 30 de novembro de 2012 e movimentou cerca de mil processos.

Para o trabalho, a magistrada contou com a colaboração de outros sete magistrados: Arthur Gustavo Azevedo do Nascimento, Aureliano Coelho Pereira, Elaile Silva Carvalho, Lúcio Paulo Fernandes Soares, Marcela Santana Lobo, Marcelo Moraes Rego de Souza e Vanessa Ferreira Pereira Lopes.

Tramitam atualmente na 2ª vara de São José de Ribamar 3.039 processos.

FIM DO RECESSO

Poder Judiciário do Maranhão retoma trabalhos na segunda

O Poder Judiciário do Maranhão retoma suas atividades na segunda-feira (21), quando os prazos processuais voltam a correr normalmente e ficam restabelecidas a publicação de acórdãos, sentenças e decisões, despachos, bem como a intimação de partes ou advogados de processos físicos e virtuais, em primeira e segunda instâncias, na Justiça estadual.

PÁGINA 3

FIM DO RECESSO

Poder Judiciário do Maranhão retoma trabalhos na segunda

O Poder Judiciário do Maranhão retoma suas atividades na segunda-feira (21), quando os prazos processuais voltam a correr normalmente e ficam restabelecidas a publicação de acórdãos, sentenças e decisões, despachos, bem como a intimação de partes ou advogados de processos físicos e virtuais, em primeira e segunda instâncias, na Justiça estadual.

As sessões de julgamentos no Pleno do Tribunal de Justiça e nas Câmaras Cíveis e criminais da Corte também serão retomadas, assim como os serviços forenses nas varas e juizados das comarcas do estado.

Durante o recesso, com início em 20 de dezembro e término no domingo (20), o Judiciário trabalha diariamente em regime de plantão para garantir o acesso do cidadão à Justiça.

Nesse período, funciona o plantão judicial nas esferas cível e criminal para análise de procedimentos judiciais como pedidos de Habeas Corpus, Mandados de Segurança, Agravos de Instrumento, suspensão de liminares e outras medidas cautelares ou protetivas caracterizadas pela urgência e necessárias à preservação de direitos.

O recesso forense ocorre normalmente de 20 de dezembro a 6 de janeiro. Este ano o prazo foi estendido ao dia 20 de janeiro em atendimento a pedido da OAB-MA, para que os advogados tivessem um período de descanso nas atividades profissionais.

No TRT-MT, os prazos processuais e regimentais ficaram suspensos no período de 7 a 13 de janeiro de 2013. No TRT-MS, os prazos ficaram suspensos de 13 de dezembro de 2012 a 15 de janeiro de 2013. Os pedidos também foram feitos pelas OABs locais.

O Poder Judiciário do Maranhão retoma atividades jurisdicionais na segunda-feira (21), quando os prazos processuais voltam a correr normalmente e ficam restabelecidas a publicação de acórdãos, sentenças e decisões, despachos, bem como a intimação de partes ou advogados de processos físicos e virtuais – em primeira e segunda instâncias, na Justiça estadual



Desejo aos magistrados, advogados, membros do Ministério Público, defensores públicos e a todos os operadores do Direito um ano forense exitoso no campo profissional e reafirmo o compromisso de continuidade às ações da gestão para melhorar a cada dia o atendimento aos jurisdicionados maranhenses em 2013”, ressalta o presidente do TJ-MA, desembargador Antônio Guerreiro Júnior, que conduzirá sessão plenária da Corte na quarta (23), com pauta jurisdicional.

Depósito judicial do Fórum de São Luís recebeu mais de seis mil bens em 2012

O Depositário Público do Fórum Desembargador Sarney Costa recebeu, em 2012, cerca de 6.500 bens de pequeno e grande portes para guarda e arrecadou mais de R\$ 750 mil com a realização de dois leilões de veículos (carros e motos), apreendidos por determinação de juízes da Comarca da Capital. O setor é responsável pela guarda de bens e objetos que estão sob a custódia da Justiça estadual em São Luís.

No depósito, localizado no Bairro Parque Pindorama, funciona um sistema de segurança 24h para proteger os bens apreendidos.

Conforme a chefe do Depositário, Ana Síria Lopes, o setor é o único depósito judicial público da Comarca de São Luís. No local são guardados carros, motos, eletrodomésticos, dentre outros bens e objetos apreendidos pela Justiça estadual na capital.

Leilões – Em 2012, o fórum realizou leilões nos meses de julho, com 100 veículos, arrecadando R\$ 639.212,00; e em dezembro, com 76 veículos, sendo 45 motos e 31 carros, incluindo sucatas, apurando R\$ 114.400,00. As hastas públicas ocorrem na Vip Leilões. Muitos dos bens leiloados estavam guardados no depósito desde 1999.

Ana Síria Lopes explicou que os leilões visam criar um fluxo mais ágil de entrada e saída dos bens apreendidos como os carros e motos; evitar a deterioração dos mesmos; e solucionar o problema da falta de espaço para armazenamento desses bens.

As hastas seguem as orientações da Recomendação nº 30/2010, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que sugere a alienação antecipada de bens apreendidos em procedimentos criminais, permitindo aos juízes promover leilões unificados, com ampla divulgação, a fim de possibilitar o maior número de participantes.

A decisão por este tipo de alienação pelos magistrados atende à recomendação, que, em resumo, visa à preservação do valor da coisa ou bem apreendido, que pela ação do tempo ou outras circunstâncias sofram depreciação natural ou provocada, ou ainda, percam suas aptidões funcionais reduzindo significativamente a equivalência de valor à época da apreensão.

O diretor do Fórum de São Luís, juiz Sebastião Joaquim Lima Bonfim, explica que são leiloados bens apreendidos e que estavam sendo deteriorados com o tempo, podendo ocasionar sérios transtornos e prejuízos às partes. “Vamos continuar atendendo à orientação do CNJ e da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão”, enfatizou o juiz diretor.

O Depositário não guarda armas de fogo apreendidas que acompanham o processo judicial, sendo as armas encaminhadas ao Quartel da Polícia Militar ou 24ª Batalhão de Caçadores. O depósito também não recebe pedras preciosas, animais, artefatos explosivos ou substâncias tóxicas ou corrosivas.